



## Um livro de cavalarias

---

*Isabel Almeida*

---

*Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Moraes, edição de Lênia Márcia Mongelli, Raúl César Gouveia Fernandes e Fernando Maués, São Paulo, Ateliê/Editora Unicamp, 2016, 744 pp.

**E** ditar, hoje, uma narrativa quinhentista como *Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Moraes (c. 1500-c. 1572), exige uma fina consciência do que se pretende com tal iniciativa: a que público(s) se destina? Quais as metas a atingir? Lênia Márcia Mongelli, Raúl César Gouveia Fernandes e Fernando Maués – os responsáveis pela publicação aqui recensada – não se demoram a explicitar uma resposta para esses quesitos, mas tornam evidente que os consideraram, seja nas opções tomadas, seja no conciso anúncio do seu propósito maior: “[...] não se tratando de edição crítica, o trabalho de estabelecimento do texto foi norteado pelo objetivo de apresentar uma versão fidedigna e acessível da obra, tal qual ela se apresenta na edição de 1567 [...], a versão mais difundida” (p. 54).

O volume agora dado à estampa há-de interessar a leitores especializados e a curiosos decididos a ousar o primeiro contacto com um livro de cavalarias. A uns e outros se

oferece uma edição cuidada – enriquecida por ilustrações e precedida de um claro preâmbulo –, bem como uma bibliografia, um glossário, índices e até uma genealogia dos Palmeirins. Sem caírem na tentação de reduzir a extensa obra de Francisco de Moraes a uma antologia breve, os editores facultam um *Palmeirim de Inglaterra* integral e fornecem estimulantes pistas para a sua fruição.

Quem percorrer o preâmbulo, vê-lo-á recortado em quatro secções: “O Ciclo dos Palmeirins”, “Informações Biográficas”, “Introdução” (subdividida em mais quatro pontos: “De que Servem Livros de Cavalarias Fingidas?”, “Da Utilidade dos Livros de Cavalarias Fingidas”, “‘Verdades’ de ‘Fingimentos’ no *Palmeirim de Inglaterra*”, “Quando o ‘Fingimento’ se Eleva à Mais Pura ‘Ver-

---

Neste texto foi mantida a ortografia vigente em Portugal.

---

**ISABEL ALMEIDA** é professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

dade’...) e “Esta Edição”. Não custa perceber o rumo seguido.

Preocupação fundamental foi enquadrar a obra de Moraes, lembrando que ela é parte de uma tradição de raízes medievais, com franca afirmação (reforçada pela imprensa) no século XVI. *Palmeirim de Inglaterra* – notam os editores – surge num contexto de florescimento dos ciclos fundados com *Amadís de Gaula* e *Palmerín de Oliva*. Essa proliferação começa por sobressair em território castelhano, mas, como argutamente fazem crer os editores, o fenómeno revela-se tão complexo quanto fecundo: *Palmeirim de Inglaterra*, quarto título dos Palmeirins, “desconsidera por completo as alterações sugeridas no *Platir*” (p. 11), o terceiro da mesma linhagem, e vincula-se aos dois primeiros, *maxime* a *Primaleón*? Afinal, bem poderá ter sido o auto vicentino de *Don Duardos* – recriação selecta de *Primaleón* – a despertar a atenção de Francisco de Moraes para esse segundo livro do ciclo dos Palmeirins. Resta concluir: o sucesso das histórias fabulosas superou fronteiras – genológicas e políticas.

Em “Informações Biográficas”, vai sendo traçado o retrato de Moraes, autor moldado em ambientes palacianos, ao serviço da família real ou da alta nobreza. Na verdade, mais do que um conjunto de dados, procura-se aí desenhar um percurso, assinalar relações e destacar experiências. Cientes das dificuldades próprias da pesquisa em documentos do século XVI, onde coexistem homónimos nem sempre destrincháveis, os editores retêm o que é inequívoco e fazem avultar etapas como as estadas diplomáticas na corte de França, a respeito da qual Moraes escreveu e para a qual enviou notícias. Lênia Márcia Mongelli, Raúl César Gouveia Fernandes e Fernando Maués não esquecem

a investigação já desenvolvida por estudiosos como António Dias Miguel, Aurelio Vargas Díaz-Toledo ou Margarida Alpalhão, e recordam cartas de Moraes, com seus relatos miúdos de festas extraordinárias ou de um quotidiano faustoso.

Proceder deste modo, *i.e.*, contemplar, além do livro de cavalarias, diferentes géneros cultivados pelo autor (cartas, um discurso autobiográfico designado “Desculpa de Uns Amores” e ainda três diálogos), traz benefícios: permite identificar interlocutores e patrocinadores (com relevo para D. Leonor de Áustria e sua filha, a Infanta D. Maria), lançando luz sobre redes de sociabilidade e correspondências a distância; permite apurar subtis e significativas conexões entre textos distintos (por exemplo, de acordo com os editores, a matéria que constitui o cerne da “Desculpa” “externa-se” na misoginia flagrante em *Palmeirim de Inglaterra*); permite, enfim, abarcando um todo, reconhecer nele certa diversidade.

Asseveram os editores que, nos diálogos (só postumamente impressos, em 1624), Moraes “envereda para uma outra direção: a dos colóquios entre pessoas que discorrem sobre diversos temas [...] para abordar assuntos polémicos” (p. 19). Sem dúvida. No entanto, apetece interrogar: trata-se, de facto, de “uma outra direção”? Este caminho não foi engenhosamente aberto na própria narrativa de *Palmeirim de Inglaterra*, em cujo capítulo 106, por exemplo, se acha um embrionário colóquio entre um cavaleiro e um ermitão?

Que o género – livro de cavalarias – merece ponderada reflexão, mostra-o nitidamente a “Introdução”, ao apontar o carácter controverso dessas obras, que arrastavam consigo um antiquíssimo problema: a definição de “falso” e “verdadeiro”, indissolavelmente as-

sociada ao debate sobre os conceitos de história e de ficção – debate aceso e melindroso numa época em que as fábulas cavaleirescas fingiam ser história e a história acolhia em si traços ficcionais. “Tempos cavaleirosos” (p. 33), “séculos ‘heroicos’” (p. 29) – enfatizam os editores, buscando, em sínteses panorâmicas, comparar o mundo medievo e o renascentista, para melhor precisarem cada um. Assim, advertem: Amadises e Palmeirins teriam, num século XVI que foi ainda de conquistas e descobertas, “uma função didático-pedagógica” (p. 33). A ficção, com todas as suas maravilhas, possuía uma verosimilhança que a justificava, e *Palmeirim de Inglaterra* – sublinham – entra nesse jogo ambíguo. Também Moraes apresentou a narrativa como traslado de uma velha “crónica”, de origem ignota. E também ele a compôs de maneira a, por meio da representação de fantasias, excessos, desejos e lutas, projectar questões e modelos actuates.

Lênia Márcia Mongelli, Raúl César Gouveia Fernandes e Fernando Maués não querem, na “Introdução”, resumir o texto de Moraes. Aplicam-se, sim, por um lado, a fazer sobressair grandes eixos da fábula e recursos típicos das narrativas cavaleirescas (desde as peripécias que ensombram o nascimento do *primus inter pares* até ao conflito entre cristãos e “inimigos da Fé” – p. 36); por outro lado, salientam uma qualidade que distingue o autor: a sua destreza na imitação de padrões estabelecidos ou no engendramento de marcas singulares. V.g., é “na contramão do paradigma” (p. 46), “sob uma óptica [...] a que não é estranha a noção de alteridade posta em voga pelo expansionismo marítimo” (p. 46) – vincam os editores – que Moraes concebe figuras como as gigantes Arlança e Colambar, atribuindo-lhes trági-

cas paixões; é “à margem das convenções e da estereotipia” (p. 50) que constrói um Floriano do Deserto – o gémeo “rebelde” (p. 51) de Palmeirim, capaz de um “grito de liberdade” (p. 51) que, em finais de Quinhentos, já não seria facilmente tolerado.

A presente edição não dá conta do que foi, em 1592, a censura infligida ao texto de Moraes. É pena. O leitor teria mais uma razão para apreciar este trabalho, produzido com irrepreensível empenho e manifesto rigor. Cientes da fortuna editorial de *Palmeirim de Inglaterra*, Lênia Márcia Mongelli, Raúl César Gouveia Fernandes e Fernando Maués preferiram concentrar-se no texto impresso em 1567, tendo embora em conta a descoberta, propalada por Margarida Alpalhão, de uma edição hipoteticamente anterior – porventura a *editio princeps*, de c. 1544.

Qualquer empresa suscita discussão (os editores sabem-no melhor que ninguém). Poderemos pensar que alguns dos critérios de modernização e regularização ortográfica foram demasiado audazes. Converter “virtude” em “virtude” ou “ingres” em “inglês”; elidir a oscilação entre formas como “emparar” e “amparar” são saltos que a história da língua não aconselha. Apagar a separação de “partes” da narrativa e renumerar capítulos tão pouco parece necessário ou vantajoso. Reparos desse teor, porém, não diminuem o mérito da obra realizada.

Francisco de Moraes, se os documentos não nos enganam, terá navegado por mar até Ceuta e até França. A longa travessia do Atlântico, só a sua narrativa a fez. Sorte dos livros. Pleno de sabedoria e de graça, *Palmeirim de Inglaterra* continua a ser fascinante. A edição levada a cabo por Lênia Márcia Mongelli, Raúl César Gouveia Fernandes e Fernando Maués aí está para o provar.